



DISTRITO FEDERAL

CNTV PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DISCUTIU CAOS NA SAÚDE DO DF E O TRATAMENTO DADO AOS VIGILANTES



Nesta terça-feira, 17 de junho, o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura Santos, participou de uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal para discutir a grave situação enfrentada pelos vigilantes que atuam nas unidades de saúde do DF. Esses profissionais estão sobrecarregados, em número insuficiente para atender uma rede imensa, e enfrentam rotineiramente

agressões e falta de estrutura adequada para exercer suas funções.

A audiência teve como objetivo buscar soluções para a dramática realidade desses trabalhadores, que estão sendo agredidos física e verbalmente por pacientes revoltados com o caos na saúde pública — um problema que não é responsabilidade dos vigilantes. O número reduzido de profissionais e a ausência de condições

mínimas de segurança têm transformado esses trabalhadores em alvos de uma indignação compreensível, mas injusta. O vigilante não pode ser culpabilizado pelo colapso do sistema. Isso é covardia. Muitos estão sendo forçados a atuar em desvio de função, fazendo o que não é sua obrigação, e mesmo assim acabam penalizados.

Uma das propostas levantadas durante o debate foi a instalação de câmeras de segurança para inibir agressões. No entanto, foi denunciado que, em alguns casos, essas câmeras estão sendo instaladas em locais indevidos, como dentro das guaritas — únicos espaços onde os vigilantes, homens e mulheres, podem se trocar — o que fere completamente a privacidade dos profissionais e não contribui em nada para a segurança real dos postos.

A diretora da CNTV e do Sindicato dos Vigilantes do DF (SINDESV DF), Maura Miranda, destacou que os vigilantes estão sendo responsabilizados por uma falha do governo: “Somos uma categoria essencial, que atua na linha de frente, mas sem as mínimas condições de trabalho. Também somos usuários do sistema de saúde e, além de não sermos respeitados, temos o psicológico abalado, saindo de casa todos os dias com medo de como será o plantão. Essa realidade precisa ser enfrentada com seriedade pelo Governo do Distrito Federal, que tem sido negligente com esses trabalhadores”.



Diretora da CNTV e do Sindicato dos Vigilantes do DF (SINDESV DF), Maura Miranda

O presidente do SINDESV DF e diretor da CNTV, Paulo Quadros, alertou para a gravidade do problema, relatando agressões diárias e a ausência de qualquer ação efetiva por parte do governo: “As empresas contratadas para prestar serviços nas unidades de saúde sequer compareceram à audiência. Nem mesmo assinaram a convenção coletiva de trabalho até agora. Quando um vigilante revida uma agressão, ele é punido antes mesmo de qualquer apuração. É remanejado para postos distantes, como se fosse o culpado. A instalação de câmeras pode ajudar, mas está longe de ser suficiente. O contingente precisa ser ampliado, as condições de trabalho melhoradas e os contratos fiscalizados com rigor”.



Presidente do SINDESV DF e diretor da CNTV, Paulo Quadros

José Boaventura, presidente da CNTV, reforçou o compromisso do sindicato com os trabalhadores e manifestou preocupação com o aumento dos conflitos nas unidades de saúde. Ele lembrou o caso recente em Salvador, onde um vigilante, após ser agredido, reagiu e disparou contra um cliente de banco: “Precisamos refletir sobre como agir diante dessas situações. Vamos incentivar o revide ou deixar o vigilante apanhar calado? Essa é a realidade que estamos enfrentando. Outro dia, encontrei um vigilante aqui no DF que foi mordido durante o trabalho. Isso é responsabilidade direta do Governo. O papel do vigilante é proteger a vida, a dignidade humana e o interesse público — não revidar agressões causadas por um sistema colapsado. Precisamos encontrar soluções que ofereçam suporte real aos trabalhadores, diante de tanta omissão estatal”.



José Boaventura, presidente da CNTV

Apesar da ausência das empresas contratadas para prestar serviço nas unidades de saúde, representantes da Secretaria de Saúde do DF e do IGES participaram da audiência, ouviram as denúncias e receberam propostas. Dois avanços importantes foram anunciados: a Secretaria de Saúde se comprometeu a pressionar as empresas pela assinatura da Convenção Coletiva, e o GDF estuda a criação de um Sistema de Vigilância Hospitalar, com a possibilidade de Brasília se tornar pioneira nessa iniciativa.

Seguiremos cobrando, fiscalizando e lutando por mudanças concretas. O vigilante não foge do perigo: enfrenta.



Deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante

Ao final da audiência, o deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante, declarou que, como vigilante, sabe o que é estar na linha de frente sem apoio, e reafirmou que essa luta também é dele.

FONTE: CNTV

NOTA DE PESAR



A Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV manifesta seu mais profundo pesar pelo falecimento do colega vigilante Alan Santos, de 33 anos, pai de uma menina de cinco anos. Alan foi baleado durante a tentativa de assalto a um carro-forte em Campina Grande, episódio que terminou em tiroteio, perseguição e resultou nas mortes de um vigilante e de um dos suspeitos. Apesar de ter sido atendido ainda dentro da agência, infelizmente Alan não resistiu aos ferimentos.

Nos solidarizamos com os familiares, amigos e colegas de trabalho de Alan neste momento de dor. A CNTV exige das autoridades responsáveis pela segurança no Estado uma apuração rigorosa dos fatos e a punição exemplar dos culpados.

A vida de um trabalhador foi ceifada de forma covarde. Não podemos aceitar que profissionais que atuam na linha de frente da segurança sigam sendo vítimas da violência sem a devida resposta do poder público.

À família de Alan, nossa solidariedade, respeito e compromisso com a luta por justiça.

Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV

ENTENDA O CASO

Tentativa de assalto a carro-forte em Campina Grande termina em tiroteio, perseguição e mortes de vigilante e suspeito



Uma tentativa de assalto a um carro-forte terminou em tragédia no final da tarde desta terça-feira (17), no Centro de Campina Grande (PB). A ação criminosa, que ocorreu por volta das 16h30 na movimentada Avenida Eptácio Pessoa, resultou em um intenso tiroteio, na morte de um vigilante e de um dos suspeitos.

De acordo com as primeiras informações, o carro-forte havia acabado de realizar uma coleta em uma cooperativa de crédito quando foi interceptado por um veículo preto, ocupado por quatro homens fortemente armados. Ao perceber a investida dos criminosos, o motorista do carro-forte reagiu jogando o veículo contra os assaltantes, causando danos materiais e dando início a uma troca de tiros.

O confronto gerou pânico na região. Disparos atingiram prédios, carros estacionados e até o primeiro andar da agência onde o carro-forte havia feito a coleta. Um dos veículos danificados estava vazio no momento dos tiros. Imagens feitas no local mostram o asfalto marcado por sangue e cápsulas de munição espalhadas.

Durante a fuga, os criminosos roubaram o carro de um fisioterapeuta que passava pela avenida. O veículo foi localizado horas depois, abandonado no bairro da Palmeira, com marcas de sangue em seu interior, segundo informações do Tenente Félix, da Polícia Militar.

Por volta das 19h, um dos suspeitos, de aproximadamente 28 anos, deu entrada no Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande, mas não resistiu aos ferimentos e morreu às 20h45, conforme confirmado pela assessoria da unidade.

As polícias Civil e Militar permanecem em diligências na tentativa de identificar e capturar os outros envolvidos no crime. Peritos realizaram trabalhos no local do confronto, recolhendo cartuchos deflagrados e outros vestígios que possam ajudar nas investigações. Até o momento, ninguém foi preso.

FONTE: SÃO BENTO EM FOCO

CONVITE

A Câmara Municipal de Porto Velho tem a honra de convidar Vossa Senhoria para a Sessão Solene de Entrega da Moção de Aplausos a todos os Vigilantes do Município de Porto Velho, ao Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia (SINTESV-RO) e às Empresas de Vigilância Privada atuantes no município, em reconhecimento público pela dedicação, compromisso e relevante serviço prestado à segurança da nossa cidade.

A homenagem é de autoria do
Excelentíssimo Vereador Dr. Breno Mendes e
será presidida pelo
Excelentíssimo Vereador Gedeão Nogueira, Presidente da
Câmara Municipal de Porto Velho.

Data: 18 de junho de 2025
Horário: 10H

Local: Plenário Bohundo Álvares Affonso
- CMPV Rua Belém, nº 139 - Bairro Embratel
Porto Velho/RO

STF julga decreto de Lula que restringe armas; relator valida a norma

**Para Gilmar Mendes, as medidas do Executivo seguem a
Constituição e reforçam política de segurança pública.**



STF julga validade de decretos de Lula que restringiram armas.(Imagem: Arte Migalhas)

Está em julgamento no STF, em plenário virtual, a ADC 85, proposta pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que busca confirmar a validade jurídica dos decretos 11.366/23 e 11.615/23. Os atos normativos tratam da regulamentação do Estatuto do Desarmamento e impõem novas restrições ao acesso da população a armas de fogo e munições no Brasil.

O primeiro decreto, assinado no início do atual governo, suspendeu a emissão de novos registros de armas de uso restrito e limitou a atuação de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs), além de instituir um grupo de trabalho para revisar a política armamentista vigente. O segundo decreto, de caráter mais amplo, consolidou a regulamentação definitiva, com a redução dos quantitativos permitidos e reforço dos critérios para aquisição de armamento.

Em março de 2023, o plenário do STF já havia referendado, por maioria, decisão liminar do relator, ministro Gilmar Mendes, que determinou a suspensão de todos os processos em curso na Justiça que discutiam a constitucionalidade do decreto 11.366/23. Também foram suspensas decisões judiciais que haviam afastado, de forma expressa ou implícita, a aplicação da norma. À época, o ministro argumentou que o tema apresentava risco de lesão a bens jurídicos fundamentais, como a vida e a paz social, além de ameaçar a segurança jurídica, dada a multiplicidade de decisões conflitantes em instâncias inferiores.

Os ministros, agora, analisam o mérito. Até o momento, votaram o relator, Gilmar Mendes, e Alexandre de Moraes, ambos pela validade das medidas do governo.

Conclusão do julgamento está prevista para terça-feira, 24.

Decreto válido

Relator da ação, o ministro Gilmar Mendes votou agora pela procedência dos pedidos, reconhecendo a constitucionalidade de ambos os decretos. Em voto extenso, o ministro argumentou que os atos do Executivo

respeitam os limites constitucionais do poder regulamentar e estão em sintonia com os direitos fundamentais à vida e à segurança pública. Ele lembrou que não há direito fundamental ao porte de armas no Brasil, e que a Constituição impõe ao Estado o dever de exercer com rigor o controle da circulação de armas de fogo.

Gilmar também traçou um duro diagnóstico da política armamentista entre 2019 e 2022. Segundo o ministro, houve um desmonte da política pública de desarmamento por meio de sucessivos decretos que facilitaram o acesso a armas, especialmente pelos CACs, com pouca ou nenhuma fiscalização. O voto destaca dados oficiais que mostram o crescimento exponencial no número de registros e o enfraquecimento dos mecanismos de controle, o que teria contribuído para a instabilidade institucional e o aumento da violência armada.

Ao concluir, o ministro sustentou que os decretos do atual governo não apenas se limitam ao escopo da lei 10.826/03, mas representam um avanço no cumprimento da missão constitucional do Estado de proteger a sociedade. Para Gilmar, os atos normativos passaram nos testes de legalidade, necessidade e proporcionalidade, respeitando inclusive situações jurídicas anteriores, o que afasta qualquer alegação de ofensa ao direito adquirido.

FONTE: MIGALHAS (link: <https://www.migalhas.com.br/quentes/432707/stf-julga-decreto-de-lula-que-restringe-armas-relator-valida-a-norma>)

Nova Superintendente Regional da PF toma posse em Rondônia

A cerimônia formaliza um ato administrativo de grande relevância para a Polícia Federal, que tem como missão o planejamento, a direção, a coordenação, o controle e a execução das atividades institucionais



A Polícia Federal realizou, na tarde desta segunda-feira (16/6), a cerimônia de posse da nova Superintendente Regional da Polícia Federal em Rondônia, delegada Fabiana Martins Machado. O evento, realizado no auditório do Ministério Público do Trabalho em Porto Velho/RO, reuniu autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, além de servidores, colaboradores e convidados.

A cerimônia formaliza um ato administrativo de grande relevância para a Polícia Federal, que tem como missão o planejamento, a direção, a coordenação, o controle e a execução das atividades institucionais no estado de

Rondônia. Em discurso, a nova Superintendente agradeceu a confiança depositada pelo Diretor-Geral da PF, e reafirmou o compromisso com uma gestão pautada na governança, com foco na valorização dos servidores, na capacitação, no bem-estar e na busca constante por excelência nos resultados. “Assumir a Superintendência da Polícia Federal em Rondônia é um grande desafio, diante da complexidade da região e dos crimes que enfrentamos, mas é também uma honra liderar um efetivo comprometido, capaz de superar as adversidades e entregar resultados de excelência”, ressaltou Fabiana Martins.

O Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, destacou a confiança na trajetória e na competência da Delegada Fabiana. Ressaltou ainda o desafio de assumir a Superintendência de Rondônia, que ocupa uma posição estratégica no enfrentamento ao crime organizado e na proteção da Amazônia. “Sabemos dos enormes desafios que essa missão impõe, especialmente em uma região de fronteira. Mas também sabemos que contamos com servidoras e servidores comprometidos, que, com profissionalismo e dedicação, fazem da Polícia Federal uma referência no combate à criminalidade e na defesa do meio ambiente”, afirmou Andrei.

Para simbolizar a passagem de cargo, a empossada recebeu da última Superintendente Larissa Magalhães Nascimento os princípios fundamentais da Polícia Federal.

CURRÍCULO RESUMIDO DA EMPOSSANDA

Delegada de Polícia Federal desde 2007 com graduação em direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Atuou como Coordenadora dos Grupos de Repressão a Crimes Previdenciários nas Delegacias da PF em Niterói/RJ e em Juiz de Fora. Esteve à frente da Delegacia de Polícia Federal em Juiz de Fora desde março de 2024.

Foi professora no 4º e no 5º Curso de Análise e Exploração de Documentos Previdenciários e no trigésimo sétimo Curso de Formação Profissional de Escrivão de Polícia Federal. Foi integrante de Grupos de Trabalho constituídos no âmbito da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários - DPREV.

FONTE: DPF

Comunicado de Expediente: Corpus Christi 2025

A CNTV informa que, em virtude do feriado de Corpus Christi, não haverá expediente nessa quinta e sexta-feira, 19 e 20 de junho de 2025.

As atividades serão retomadas normalmente na segunda-feira, 23 de junho, às 7h da manhã.

Contamos com a compreensão de todos e desejamos um ótimo feriado aos dirigentes e suas famílias.

Diretoria CNTV

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF